



RESOLUÇÃO CONJUNTA GPGJ/CGMP nº 06

DE 22 DE SETEMBRO DE 2010.

Ver [Resumo e Detalhes do Ato Normativo](#).

Altera o art. 4º do Regulamento Anexo à Resolução Conjunta GPGJ/CGMP nº 02, de 21 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a utilização do sistema Módulo de Gestão de Processos – Sistema MGP, cria as Tabelas Processuais Unificadas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de compatibilizar o Regulamento Anexo à [Resolução Conjunta GPGJ/CGMP nº 02, de 21 de janeiro de 2010](#), ao art. 6º da [Resolução GPGJ nº 1.522, de 7 de julho de 2009](#), com o objetivo de aperfeiçoar o controle e o conhecimento das informações sobre os inquéritos civis e seus procedimentos preparatórios, bem como permitir a obtenção de dados estatísticos mais precisos; e

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo MPRJ nº 2010.00493905,

RESOLVEM

Art. 1º – Fica alterada a redação do art. 4º do Regulamento Anexo à [Resolução Conjunta GPGJ/CGMP nº 02, de 21 de janeiro de 2010](#), que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º – (...)

III – Nos inquéritos civis e procedimentos preparatórios:

a) Ementa ou assunto;

b) O fundamento legal que autoriza a atuação do Ministério Público e a descrição do fato objeto do inquérito civil;

c) O nome e a qualificação possível da pessoa jurídica e/ou física a quem o fato é atribuído;

d) O nome e a qualificação possível do autor da representação, se for o caso.



IV – Nos demais procedimentos e nos expedientes administrativos:

- a) Nome do requerente;*
- b) Resumo do assunto que deverá constar na capa do expediente;*
- c) Órgão de origem, se houver;*
- d) Número de origem, se houver; e*
- e) Data de entrada no Ministério Público.” (NR)*

Art. 2º – Esta Resolução Conjunta entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2010.

Cláudio Soares Lopes
Procurador-Geral de Justiça

Maria Cristina Menezes de Azevedo
Corregedora-Geral do Ministério Público



Detalhes do Ato Normativo

[Voltar ao Título](#)

Espécie:	Resolução Conjunta
Origem:	GPGJ – Gabinete do Procurador-Geral de Justiça / CGMP – Corregedoria-Geral do Ministério Público
Número:	6
Data:	22/09/2010
D.O.:	<u>D.O.E.R.J. de 23/09/2010</u>
Publicação:	23/09/2010
Republicação:	-
Vigência:	Sim
Alterações:	-
Procedimento Administrativo:	MPRJ nº 2010.00493905
Área:	Legislação Institucional - Área Administrativa
Tema:	<u>Tecnologia da Informação</u>
Assunto:	-
Resumo:	Altera o Regulamento da <u>Resolução Conjunta GPGJ/CGMP nº 02 /2010</u> , que dispõe sobre a utilização do Sistema Módulo de Gestão de Processos –MGP, para criar rol de campos de preenchimento obrigatório no momento do registro de documentos no sistema.
Leitura Correlata: (pesquisar mais)	Art. 6º da <u>Res. GPGJ nº 1.522 /2009</u> .
Estruturas Correlatas: (ver organograma)	Comitê Gestor de Sistemas de Informação - CGSI
Observações:	-
Revisões:	-